

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.110.690 - RS (2017/0127472-2)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**  
**PROCURADOR : JANINE LUEHRING GIONGO - RS047123**  
**AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORA : SIMONE ZANDONA LIMA - RS041163**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo do MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – RS, em que objetiva admissão de recurso especial interposto contra acórdão do TJ/RS assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DEVEDOR. EXECUÇÃO FISCAL. TAXA COLETA DE LIXO. CORREÇÃO DO POLO PASSIVO. ALIENAÇÃO NO CURSO DA EXECUÇÃO. INCLUSÃO DO ADQUIRENTE. DESCABIDO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. CONFIGURADA.

1. In casu, descabido o redirecionamento da execução fiscal ao adquirente, ainda que tenha ocorrido no curso da execução, ante a falta de prova da alienação (inexiste matrícula comprovando a transferência de propriedade do imóvel ao Estado do Rio Grande do Sul).

2. Prescrição intercorrente configurada.

Reconhecimento de ofício. Não tendo o exequente realizado diligências úteis no processo na busca da satisfação do crédito tributário, e passados mais de 05 (cinco) anos desde a última causa interruptiva da prescrição, configurada está a prescrição intercorrente.

APELAÇÃO CÍVEL PROVIDA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DECRETADA DE OFÍCIO. AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTINTA.

No especial, a parte alega violação dos arts. 34, 130 e 131, I, e 174 do CTN, bem como do art. 40 da Lei 6.830/1980. Sustenta, em síntese, que (i) é legítimo o Estado do Rio Grande do Sul para figurar no polo passivo da execução em razão da sucessão na propriedade do imóvel tributado pela TCL; (ii) não há prescrição intercorrente a beneficiar a coexecutada.

Recurso anteriormente distribuído neste Tribunal, houve a determinação de devolução dos autos à origem para aguardar o julgamento do REsp 1.340.553/RS, que apreciaria a questão da prescrição intercorrente.

Promovido o juízo de adequação, o recurso foi novamente inadmitido na origem em razão da adequação do acórdão com as teses fixadas no julgamento do recurso repetitivo, na parte que tratava da prescrição intercorrente, e por aplicação da Súmula 7 do STJ, na parte relativa à legitimidade passiva do ESTADO.

Agravo interposto contra esta decisão apenas no pertinente à aplicação da Súmula 7 do STJ, desistindo o MUNICÍPIO do seu recurso quanto à alegação de inexistência de prescrição.

Contraminuta foi apresentada pela parte agravada.

Passo a decidir.

# Superior Tribunal de Justiça

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial se origina de embargos à execução fiscal opostos pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra execução de créditos decorrentes de taxa de coleta de lixo lançados em desfavor de terceiros e redirecionada ao ESTADO por sucessão patrimonial.

No primeiro grau de jurisdição, os embargos foram julgados improcedentes.

Irresignado, o ESTADO interpôs recurso de apelação, provido pelo Tribunal *a quo* para afastar a sua legitimidade passiva e, de ofício, extinguir a execução fiscal em face da prescrição intercorrente. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fls. 52/53):

Em tese, sendo o imóvel alienado após o ajuizamento do executivo fiscal, seria cabível o redirecionamento da execução na pessoa do adquirente, com fulcro nos artigos 130 e 131, I, ambos do CTN, in verbis:

[...]

Contudo, in casu, a execução fiscal foi ajuizada em 30/10/2007 contra ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA MISSIONÁRIAS MARIA, sendo que o exequente requereu a inclusão do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL no polo passivo, ante certidão de promessa de compra e venda do imóvel datada de 28/11/2011 (fl. 24 da execução em apenso, processo administrativo às fls. 18/30).

Ocorre que, na hipótese, o exequente não juntou cópia da matrícula comprovando a transferência de propriedade do imóvel, não servindo a documentação acostada - promessa de compra e venda à fl. 24 e o "espelho do cadastro imobiliário" às fls. 28/29 -, como comprovante da alienação.

Assim, vai provido o recurso de apelação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo reconhecida sua inexigibilidade passiva e restando impossível sua inclusão no polo passivo.

[...]

Merece registro, ainda, o entendimento de que a aplicação da prescrição, de ofício, em qualquer grau de jurisdição, encontra amparo no disposto no art. 219, § 5º do CPC.

[...]

Restando afastada a legitimidade passiva do Estado, com visto acima, a ação continua tramitando somente contra ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA MISSIONÁRIAS MARIA. Por sua vez, tenho que está configurada a prescrição intercorrente.

Na hipótese, a ação foi proposta depois das alterações introduzidas pela Lei Complementar 118/05 e ao art. 174, parágrafo único, inc. I, do CTN, razão pela qual a interrupção da prescrição ocorre com o despacho ordenando a citação do executado, em 20/11/2007 (fl. 05).

Assim, está configurada a prescrição intercorrente, uma vez que já decorreu mais de 05 anos desde o despacho ordenando a citação, interrompendo a prescrição, sem nenhuma diligência que tenha se mostrado útil por parte do credor na busca da satisfação do crédito tributário como se pôde ver acima.

Pois bem.

Do que se observa, o recurso não pode ser conhecido, tendo em

# Superior Tribunal de Justiça

vista encontrar óbice nas Súmulas 7 do STJ, 283 e 284 do STF.

No tocante à matéria relativa à ilegitimidade passiva do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, o Tribunal de origem decidiu a aludida questão pelos seguintes fundamentos, todos autônomos e suficientes para a sua manutenção, quais sejam: (i) a inexistência de comprovantes de transferência da propriedade do imóvel para o patrimônio do ESTADO; (ii) a documentação acostada aos autos (a promessa de compra e venda e o espelho do cadastro imobiliário) não servem como comprovantes de alienação, sendo necessária a matrícula comprovando a transferência de propriedade do imóvel.

O recorrente, todavia, nas razões do presente recurso especial, não atacou especificamente os fundamentos acima identificados, concentrando os seus esforços em reiterar que a responsabilização do ESTADO decorre da sucessão da propriedade e, alternativamente, que o art. 34 do CTN autorizaria a sua responsabilização do ente federado.

Essa circunstância atrai, quanto ao ponto, o óbice de conhecimento estampado na Súmula 283 do STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente, e o recurso não abrange todos eles”.

Ainda, anote-se que não é possível conhecer do recurso especial no que tange à suposta violação do art. 34 do CTN, pois os artigos de lei apontados como malferidos não contêm comando normativo capaz de infirmar o fundamento do acórdão atacado, pois tratam de imposto sobre a propriedade do imóvel, o que atrai a aplicação, por analogia, da Súmula 284 do STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Ademais, a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal *a quo* sobre a questão da inexistência de provas da transferência da propriedade do imóvel demanda o reexame dos fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Por fim, considerando que não houve condenação do recorrente em honorários de sucumbência, não há parâmetro para majorá-lo na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator